

ENSAIO

A indiferença e a perda dos valores simbólicos da nossa sociedade

The indifference and the loss of the symbolic values of our society

Aginaldo Batista Gomes*¹, Amilton Jesus dos Santos²

¹Escola Estadual Hélio Polesel, ²Universidade Zumbi dos Palmares

Resumo

É imperativo, a cada dia que passa, reconhecer a necessidade de olhar para os povos periféricos que vivem em situação de vulnerabilidade. Também é essencial compreender como evitar que essas populações sejam tratadas com a indiferença que as forças policiais demonstram nas abordagens a pessoas pretas e pardas nas ruas. Infelizmente, a população negra é a que mais sofre: são alvos constantes de maus-tratos, assassinatos, perseguições, violências sem sentido e outras mazelas impostas pela sociedade. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024), as populações negras são aquelas que mais sofrem abusos e são os principais alvos da violência, mais do que a população branca. As mulheres negras, em particular, são as mais assediadas, violentadas e mortas por seus companheiros, numa escalada crescente de violência. Daí a necessidade de o Núcleo de Segurança do Futuro (CEPRacial/Unipalmares) estar cada vez mais atento, refletindo e buscando soluções que possam contribuir para interromper esse flagelo.

Palavras-chave: Violência contra as mulheres; Indiferença; Forças Policiais; População Periférica; Núcleo de Segurança do Futuro.

Abstract

It has become increasingly urgent to acknowledge the need to pay closer attention to peripheral communities living in conditions of vulnerability. It is equally essential to understand how to prevent these groups from being met with the same indifference that police forces often display when approaching Black and Brown people in public spaces. The Black population is, unfortunately, the one that suffers the most: it is consistently subjected to mistreatment, killings, persecution, senseless violence, and other forms of social harm. According to the Brazilian Forum on Public Security (2024), Black people are disproportionately affected by abuse and are the primary targets of violence, even more so than the white population. Black women, in particular, are the most frequently harassed, assaulted, and killed by their intimate partners, in a steadily escalating cycle of violence. For this reason, the Future Security Nucleus (CEPRacial/Unipalmares) must remain attentive, reflecting critically and seeking solutions capable of helping to halt this ongoing tragedy.

Keywords: Violence against women; Indifference; Police Forces; Peripheral Communities; Future Security Nucleus.

A violência como *modus operandi*: a morte da população negra

Segundo os dados do Atlas da Violência (Ipea e Fórum Brasileiro de Segurança Pública; 2023), as pessoas negras no Brasil são desproporcionalmente mais afetadas pela violência, principalmente homicídios. Essa taxa aumentou significativamente em 2023, ou seja, os negros foram vitimados cerca de 2,7 vezes mais por homicídios do que não negros, o equivalente a 35.213 mortes, representando 75% das vítimas. Fatores como racismo estrutural, desigualdade socioeconômica e falta de políticas públicas eficazes contribuem para essa vulnerabilidade. O resultado é um cenário de violên-

cia persistente que ignora o contexto histórico de discriminação e exclusão. O Atlas da Violência destaca que a taxa de homicídios para pretos e pardos foi de 28,9 por 100 mil habitantes, enquanto para não negros foi de 10,6 por 100 mil habitantes. Essa diferença evidencia a desigualdade racial no acesso à segurança.

O Mapa da Violência (Ipea e Fórum Brasileiro de Segurança Pública; 2023) mostra que esses números foram ainda mais graves do que em 2022, com cerca de 76,5% das vítimas sendo pessoas pretas e pardas. A falta de condições dignas e de políticas públicas adequadas a pessoas com vulnerabilidades sociais, concorre ainda mais para acentuar as situações predatórias e o aumento da violência contra as mulheres negras. A situação é

*Autor de correspondência: guininha3339@gmail.com

Citar como: Gomes, A. B. & Santos, A. J. (2025). A indiferença e a perda dos valores simbólicos da nossa sociedade. *Journal of Racial and Ethnic Social Equality*, 4(1), 36 – 39.
<https://doi.org/https://doi.org/10.55547/jj.jrese.v3i1.38>



preocupante e torna-se urgente implementar medidas no sentido de superar essa situação.

O panorama é ainda mais gritante quando vemos que esse núcleo de pessoas possui rendimentos mais baixos e condições de vulnerabilidade mais evidenciadas em comparação com a população branca, que representa apenas 28,7% do total. Pensando nesses indicadores e seguindo essa perspectiva, deveríamos refletir sobre a necessidade de construir uma sociedade mais justa e igualitária, onde a compreensão do papel de cada estrutura socioeconômica e suas contribuições para superar uma situação que persiste há mais de trezentos anos, são fundamentais para elaborar estratégias mais eficazes e efetivas de enfrentamento. O Brasil foi a última nação do Ocidente a abolir a escravidão, entre o fim do século XIX e o início do século XX, e não criou nenhuma condição digna para ultrapassar as incertezas que o advento da abolição traria para a população negra na sociedade. Na contramão disso, disseminou-se a ideia de um país mestiço, onde as desigualdades sociais eram vistas como normais, e onde, segundo as políticas da época, todos teriam os mesmos direitos. “A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa grande e a mata tropical; Entre a casa grande e a senzala (...).” (Freyre; 2023, p. 33).

Direitos esses nunca alcançados, mas sempre almejados. Entretanto, as questões ligadas à violência vieram acentuar ainda mais essas diferenças. Numa escalada de violência, onde jovens negros são mais vitimados do que os jovens brancos.

Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024), policiais negros, embora constituam 37% do efetivo da polícia, representam 51,7% dos policiais assassinados; e mulheres negras morrem mais assassinadas e sofrem maior assédio do que as mulheres brancas. Esses dados refletem a realidade de que a relação entre violência e racismo é concreta e preocupante, “ao destacar diversas estatísticas referentes às vulnerabilidades de pessoas negras, demonstra quão difusa é a violência racial em nosso país” (Fórum Brasileiro de Segurança Pública; 2024).

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024) ainda informa que a população negra é mais afetada por homicídios, latrocínios e letalidade policial. E também, é mais propensa a violência contra a mulher, a crimes de ódio e discriminação, a desaparecimentos, roubos de celulares e encarceramentos. Essa visão, por si só, é assustadora, pois, se já não bastasse toda a pressão social contra as pessoas pretas e pardas, os números trazidos pelo Fórum reforçam ainda mais a necessidade de lutar contra esses fatores muito adversos. A violência também se estende ao núcleo religioso. As religiões de matriz africana vêm sofrendo constantes ataques, motivados pelo preconceito latente contra a população preta e parda.

A violência que gera a indiferença: perda dos valores simbólicos da nossa sociedade

Há muito tempo, vemos que as sociedades mudam conforme as necessidades dos povos. As mudanças são sistemáticas, vilas se tornam cidades, cidades transformam-se em metrópoles, metrópoles transformam-se em grandes aglomerados de casas, ruas, pessoas, comércio e serviços. Mas, infelizmente, as transformações sociais não acontecem nesse mesmo ritmo avassalador.

Muitas vezes, a situação desses novos logradouros muda tão rápido que nem se quer há tempo para acompanhar tal evolução. Sejam sinceros: cada vez mais estamos centrados em nós mesmos e não nos preocupamos com os outros. Tal centralidade advém de vários fatores – endógenos e exógenos – e faz com que essa indiferença seja cada vez mais acentuada. As metrópoles ao redor do mundo e mesmo no Brasil abrigam singularidades e diferenças conforme seu desenvolvimento. As pessoas, muitas vezes, são empurradas para a periferia porque não têm meios financeiros para arcar com os altos custos de habitação ou aluguel em áreas centrais. A neces-

sidade de ter um teto sobre as nossas cabeças é, para muitos, um sonho; para outros, uma necessidade; e, em muitas ocasiões, o máximo que se consegue diante da situação difícil que enfrentam ao longo da vida. Mas volte-mos à questão da indiferença e da violência, porque parece que estamos, de fato, nos tornando seres sociais indiferentes uns aos outros. Preocupamo-nos apenas conosco, com aquilo que podemos alcançar.

O que é explicado pelo fato de que os últimos, por falta de recursos e de educação, não sabem permanecer nos limites da penalidade legal, tanto que a linguagem da lei que se pretende universal é, por isso mesmo, inadequada, ela deve ser, se é para ser eficaz, o discurso de uma classe a outra, que não tem nem as mesmas ideias que ela, nem as mesmas palavras (Foucault; 1997, p. 229).

Cada vez mais o outro não faz parte da nossa singularidade, da nossa preocupação, do nosso apreço, da nossa responsabilidade. E nessa constante é que a violência contra os negros cresce assustadoramente, tanto nos grandes centros urbanos quanto nas periferias.

Repercussões da violência e da indiferença intensificam perdas de valores, acentuados pela falha do sistema

Num mundo pós-pandêmico, resta-nos apenas analisar e refletir sobre algumas situações que se tornaram ainda mais adversas. A pandemia, que teve início em 2020, mostrou-nos as diferenças terríveis que existiam e que deveríamos combatê-las cabalmente, independentemente de as pessoas acreditarem nelas ou não. Primeiro, as populações em todo o mundo se mostraram incrédulas com o ocorrido. Outras sociedades, mais conscientes, mas menos preparadas, acharam que era apenas mais uma doença ou virose, transmitida por um agente desconhecido. Outras acreditaram que se tratava de um castigo divino e que todos, sem exceção, pagariam o preço. Os comportamentos e atos estavam à vista de todos, e ninguém poderia fugir ao julgamento coletivo. Nações inteiras acusavam-se mutuamente, mas as incertezas precisariam ser combatidas e a indiferença, superada. Entre as nações mais afetadas, os países pobres foram os que mais sofreram com a pandemia. Destacam-se os países africanos, que quase não receberam ajuda humanitária de outras nações. Isso evidencia o quanto a população negra foi duramente atingida, acentuando ainda mais a sua fragilidade. Muitos países foram culpados e colocados como vilões. Havia a necessidade de encontrar um bode expiatório, mas ninguém o encontrava. As preocupações tornaram-se cada vez mais intensas. Alguns países mais afetados nem se quer conseguiam enterrar seus mortos; os entes queridos, muitas vezes, permaneciam nas ruas, a espera de uma alma caridosa que lhes desse destino digno. A situação tornava-se insuportável, lembrando episódios vividos em séculos passados. Na mente de alguns historiadores, essa pandemia parecia-se muito com outras que haviam assolado a Europa, como a gripe espanhola e a peste bubônica, estas frequentemente lembradas, em vários aspectos, pelas semelhanças. Meses depois, percebeu-se que a transmissão ocorria pelo ar, via contato interpessoal, o que exigiu a revisão e a implantação urgente de práticas de higiene. A vida tornara-se insuportável em muitos lugares. As camadas mais abastadas viam, incrédulas, que seus recursos, pouco ou nada valia diante da pandemia. “Mas o verdadeiro mal é o que nos causa um horror indivisível, e tudo o que perante ele podemos dizer é: Isto nunca deveria ter acontecido.” (Arendt; 2004, p. 66).

Muitos influenciadores e pessoas famosas surgiram para dizer o óbvio: nós somos todos iguais, diferenciamos-nos muito pouco entre nós mesmos; apesar das diferenças que nos afastam, o sentimento de sobrevivência nos une. É justamente a esse sentimento que devemos nos agarrar para sobreviver. A partir daí, as sociedades começaram a reagir, identificando as causas prováveis do surto. Teorias da conspiração à parte, era inevitável

a necessidade de união entre todas as nações diante da COVID-19. Muitos países demoraram a perceber a dimensão do problema. Muitas vidas haviam sido ceifadas e a indiferença generalizou-se. Já não havia esperança diante do desespero de inúmeras famílias. O Jornal Oficial do Vaticano (2022), em sua edição de 9 de julho, publicou: “A trágica perda de mais de meio milhão de vidas está agravada pelas denúncias de prevaricação e corrupção no enfrentamento da pandemia da COVID-19” Essas palavras repercutiram no mundo todo, revelando, por um lado, a insensibilidade dos governantes e, por outro, o desespero daqueles que buscavam uma saída. A vacina tornou-se a única esperança no horizonte – uma cura aguardada e procurada por muitos. Enquanto isso, no Brasil, a CNBB buscava respostas diante do descaso. Chaves (2022) destacou que diante de escândalos, desvios de verbas e superfaturamento na compra de vacinas, o Brasil já havia superado a marca de 540 mil mortes registradas pela pandemia. E acrescenta: não são apenas números, mas pessoas, vidas humanas.

Infelizmente, a COVID-19 trouxe consigo uma visão diferente da sociedade que conhecíamos: as pessoas tornaram-se ainda mais indiferentes, porque se sentiam inseguras e incapazes de reagir ao gigantesco flagelo. A vida, de uma hora para outra, perdeu seu frescor, pois todos estavam voltados para si mesmos e não para os outros. De acordo com a jornalista e cientista política Maakaroun (2021, p. 9), “O Brasil fracassou no enfrentamento à pandemia da Covid-19”. A autora questiona: diante dos números alarmantes de mortos diariamente, não estaríamos vivendo a “morte da empatia”? O questionamento faz sentido, pois a perda de entes queridos nos afetou de tal forma que deixamos de pensar em outras coisas. O silêncio da perda, a não aceitação da doença, o desvio de conduta de políticos, a falta de perspectiva dos hospitalizados e a crescente procura por leitos fizeram com que se acentuasse a indiferença diante da dor. A perda e a ausência adquiriram novos formatos: não era possível enterrar os mortos ou realizar velórios dignos.

Temos por último, a perplexidade que leva tanto o pensamento filosófico como religioso a esquivarem de certo modo o problema do mal. De acordo com a nossa tradição, toda a maldade humana é atribuída ou a cegueira e ignorância humanas ou a fraqueza humana, a inclinação que nos impede a ceder à tentação (Arendt; 2004, p. 71).

A proximidade já não era permitida por causa do risco de contaminação. Segundo o cientista político (Soares; 2022, p. 23), “a sociedade, de uma forma geral, não se comove, não se revolta, não se transporta para o lugar dessas famílias enlutadas”. Palavras duras para definir a noção de perda daqueles que perderam o bem mais precioso: pai, mãe, irmão, avô, avó, familiares próximos ou não. E surgem as perguntas: Será que esse episódio fortaleceu ainda mais a discriminação contra os negros e a indiferença diante de sua dor, quando agredidos pelas forças sociais? Será que essa indiferença não se intensificou ainda mais na população de pretos e pardos, tornando-os ainda mais vulneráveis?

A indiferença das forças públicas perante a invisibilidade do cidadão periférico

Durante a pandemia, a situação parecia insuportável, pois a invisibilidade das pessoas havia atingido o seu ápice. Os ricos pensavam que, pelo fato de terem dinheiro, tudo podiam fazer, que o dinheiro poderia comprar tudo e todos, até mesmo enganar a morte. Nessas situações, recordamos um quadro de Malangatana¹, que expressa justamente isso: ninguém é maior ou melhor que ninguém. Acontecerá a mesma coisa a todos, sejam ricos ou pobres. Como diz o ditado popular, na vida só temos uma certeza: a morte.

Morrer com dignidade é um direito de qualquer cidadão, de qualquer ser humano. Mas, infelizmente, muitas vezes vemos o contrário. A morte de negros periféricos cresce cada vez mais entre diferentes populações. A morte nesses recantos da cidade é uma constante; ela está à espreita em todas as esquinas e em todos os locais. Infelizmente, aqueles que deveriam estar atentos e prontos para ajudar são os mesmos que não demonstram compaixão diante do sofrimento alheio. Nas grandes cidades, é recorrente sermos confrontados diariamente com situações injustas, que colocam em xeque nossa própria dignidade enquanto seres humanos. Há dias, ficamos chocados com uma imagem transmitida pelos meios de comunicação: policiais abordaram uma pessoa desabrigada, sem teto, e a colocaram contra a parede. Esse morador de rua, completamente indefeso, dirigiu-se respeitosamente aos policiais, tratando-os por “senhor” e perguntando o que se passava. O morador respondeu a todas as questões colocadas por esses agentes de segurança. Os policiais, contudo, não tiveram compaixão – nem um pinga de humanidade. Continuaram a pressionar esse homem contra a parede e a interrogá-lo. Alguns minutos se passaram, e o policial, num ato contínuo de acusação, desligou a câmera e atirou sucessivamente contra o morador de rua. A primeira pergunta que me vem à cabeça é: por quê? Por que esse homem foi morto sem razão aparente? O que ele fez de errado para que policiais o matassem a sangue frio? Questões como essas são levantadas todos os dias. As câmeras corporais carregadas pelos policiais deveriam ser uma garantia para que nada disso acontecesse, mas infelizmente não são. Quais razões levam as forças de segurança a serem indiferentes? Será que não aprendemos nada com a pandemia, com o isolamento social, com a indiferença que assolou o país durante dois anos consecutivos? Não conseguimos aprender nada com nossos erros, fraquezas e inseguranças. Acreditamos que atrás de cada policial também exista uma família: pai, filho, irmão, irmã, mãe, tio, tia e assim por diante. Isso não acontece apenas no centro da cidade, mas com mais frequência do que imaginamos nas zonas periféricas. Escondidos por trás do uniforme, muitas vezes estão pessoas despreparadas emocionalmente, incapazes de lidar com seus próprios problemas e com as situações do dia a dia, em que a sobrecarga de trabalho, por vezes, escrutinaram a observação, acelerando desequilíbrios mentais e físicos. Isso nos faz lembrar de uma música de Rita Lee, em que ela cantava: “nem toda a brasileira é bunda”. Aqui fazemos um trocadilho: “nem todo o homem periférico é bandido”. Ele tem uma família por trás – um pai, uma mãe, irmãos, tios, parentes próximos. A pessoa precisa ser tratada com dignidade, respeitada em sua diferença, e não colocada no mesmo patamar que criminosos. Segundo Foucault (1997, p. 93)

Bem antes de ser conhecido como objeto de ciência, pensa-se no criminoso como elemento de instrução. Depois da visita de caridade para partilhar o sofrimento dos prisioneiros – o século XVII a inventara ou restabelecera – pensou-se nessas visitas de crianças que viriam aprender como a justiça da lei vem se aplicar ao crime.

Eis o que poderia ser a representação de uma rotina das forças de segurança quando visitam determinados bairros ou até mesmo abordam moradores de rua: olham essas pessoas como se não existissem, como se não tivessem o direito de existir. O opressor apossa-se das reações e liberdades do oprimido, não lhes é dando sequer tempo para afirmarem sua cidadania – cidadãos de plenos direitos, em uma sociedade que marginaliza e, a priori, é marginalizadora. Não podemos dizer que as forças de segurança estão mal preparadas ou que lhes falta formação, mas, seguindo essa linha de raciocínio, essa preparação deveria ser mais abrangente e mais próxima da população. Os vínculos que poderiam surgir daí seriam utilizados como fatores de mudança, confiabilidade, empatia e sensibilidade. Pode parecer exagerado querer que a polícia crie vínculos de afinidade com os cidadãos, mas esses vínculos poderiam transformar a forma de abordagem junto à população. Isso faria com que as pessoas deixassem de sentir medo ou desconfiança das forças de segurança e passassem a confiar nelas. Mas não

1 Informações sobre a vida e obra do artista moçambicano Malangatana Valente Ngwenya podem ser encontrados no Google Arts & Culture: <https://artsandculture.google.com/story/eQVR91otXCWxlg?hl=pt-BR>

é isso que acontece. Muitas vezes as abordagens são truculentas, pouco educadas e de violência extrema. A população vê nesses profissionais uma forma de tirania e abuso de poder. O fato de serem figuras da lei não significa que sejam a lei. Há tempos, a escritora Arendt (2004) trouxe em seus livros uma expressão inquietante sobre a natureza das coisas e da sociedade: a banalidade do mal. Segundo o Arendt (2004, p.143)

A expressão ‘banalidade do mal’ não remetia a uma teoria, mas a algo factual: o fenômeno das ações más, praticadas em escala gigantesca, que não podem ser explicadas por qualquer perversidade, cujo único traço distintivo talvez fosse, nas circunstâncias, um vazio extraordinário.

Falar de banalidade, não quer dizer que as pessoas não vejam ou não pressintam o mal; pelo contrário, elas convivem com ele. Isso leva ao que em psicologia chamamos de letargia ou adormecimento, tornando as pessoas ainda mais indiferentes ou alheias. As forças policiais, ao tratar essas pessoas como criminosas, entram em um estado de banalidade, transpondo a violência cotidiana para outros rostos e realidades. O mal vive e persiste; só que, para eles, o mal está em todas as partes e não apenas em casos isolados. Daí que Arendt (2004), em sua reflexão sobre sociedade e pessoas, alerta que, se não tomarmos cuidado com o que julgamos ou fazemos, podemos entrar na estreita fronteira da indiferença, julgando até inocentes como maléficos. A maldade existe e cada vez mais está escancarada, em contextos macro ou micro dentro do tecido social. Daí a necessidade de iniciativas como o Núcleo de Segurança do Futuro da Universidade Zumbi dos Palmares, na cidade de São Paulo, uma instância atenta a essas banalidades e indiferenças contra a população negra.

Considerações finais

A violência vivida nas grandes cidades, fruto da indiferença contemporânea, leva-nos a pensar que, cada vez mais, o indivíduo não é visto como pessoa, como ser humano, mas sim como objeto ou artefato que pode ser espancado em praça pública sem que ninguém se incomode. A violência ultrapassa as barreiras que separam o certo do errado, a moral da falsa moral, porque, infelizmente, aqueles que deveriam nos proteger não conseguem reagir ao que veem à frente. A indiferença que vivemos no dia a dia, fruto da ineficiência das políticas públicas e da ausência de ações sociais estruturadas, torna a vida dos mais fragilizados uma constante luta pela sobrevivência. Vários autores e pensadores, ao longo do tempo, chamaram nossa atenção para a necessidade de combater com veemência a violência e a indiferença. A população preta e parda, infelizmente, é a mais vulnerável nessa guerra de indiferença; torna-se mais invisível a cada avanço da sociedade. Pessoas pretas periféricas são alvos de abordagens truculentas, em que forças policiais abusam de sua autoridade em função do desgaste diário e da indiferença que nutrem a cada dia. Por vezes, o desgaste psicológico é tão grande que nem os próprios agentes conseguem superar. É evidente que precisamos de políticas públicas eficazes e transparentes, que acolham verdadeiramente pessoas em situação de vulnerabilidade social. Devemos pensar na sociedade como um todo, buscando soluções adequadas para os problemas que afetam a população negra. A função do Núcleo de Segurança do Futuro é justamente alertar a sociedade e as instituições para suas obrigações, de modo que honrem os compromissos assumidos ao assinarmos a Declaração Universal dos Direitos Humanos (Organização das Nações Unidas; 1948).

Referências

- Arendt, H. (2004). *Responsabilidade e juízo*, Publicações Dom Quixote, Lisboa.
- Chaves, R. R. d. O. C. (2022). A vitória da indiferença diante das mortes pela covid-19, <https://www.vaticannews.va/pt.html>.

- Eco, U. (2000). *Entre a mentira e a ironia*, Difel, Lisboa.
- Foucault, M. (1997). *Vigiar e punir: História da violência nas prisões*, 29 edn, Vozes, Rio de Janeiro.
- Freyre, G. (2023). *Casa-grande & senzala*, 52 edn, Globo Editora, Rio de Janeiro. edição comemorativa, 90 anos.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, FBSP, São Paulo. Referência à edição de 2024. Começou a ser publicado em 2006.
- Ipea e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023). *Atlas da violência 2023: População negra*, <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia>.
- Maakaroun, B. (2021). A morte da empatia e a vitória da indiferença, *Minas Gerais Online*.
- Organização das Nações Unidas (1948). Declaração universal dos direitos humanos.
- Soares, L. E. (2022). Comentário em vatican news. “a sociedade não se comove, não se revolta”, <https://www.vaticannews.va/pt.html>. Recuperado de url. Acesso em data não especificada na fonte original.

Autores

Agnaldo Batista Gomes*

Professor de História, Escola Estadual Hélio Polesel, Licenciado em História, Pós graduado em Africanidades e Cultura Afro-brasileira.
E-mail: guinhah3339@gmail.com

Amilton Jesus dos Santos

Professor Adjunto I, Coordenador do curso de Administração de Empresas, Universidade Zumbi dos Palmares, Doutor em Cultura e Psicossociologia da Comunicação, Mestre em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos, Licenciado em Comunicação Social e Pedagogia. Coordenador do Núcleo Segurança do Futuro/CepRacial - Unipalmares
E-mail: amilton.santos@zumbidospalmares.edu.br

* Autor de correspondência.